

PRÁTICAS DE ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E O USO DE LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2013 POR PROFESSORES DE RECIFE E CAMARAGIBE

Lyvia Gabrielle da Silva¹; Eliana Borges Correia de Albuquerque²

¹Estudante do Curso de Licenciatura Pedagogia- CE – UFPE; E-mail: lyviagabrielle@gmail.com

²Docente/pesquisador do DPOE – CE –UFPE. E-mail: elianaba@terra.com.br

Sumário: O presente estudo buscou analisar as práticas de ensino da leitura e da escrita em turmas do primeiro ano do ensino Fundamental e o uso de livros didáticos distribuídos pelo PNLD 2013. Para a análise do processo de escolha das coleções de alfabetização, assim como dos conhecimentos e usos que os professores fazem dos livros que receberam, realizamos entrevistas com dez professoras que lecionavam no 1º ano em escolas da Secretaria de Educação de Camaragibe (município da Região Metropolitana de Recife) e fizemos observações de aulas na turma de uma das professoras entrevistadas. A análise das entrevistas revelou que o livro didático continua sendo um material importante na organização do trabalho de alfabetização, junto a outros materiais, como os livros paradidáticos que fazem parte do Programa PNLD Obras Complementares. Em relação ao uso que os docentes fazem do livro didático, observou-se (nas entrevistas e na observação da prática de uma professora) que elas apresentam diferentes estratégias de uso, não seguindo à risca a proposta dos autores desse material. Elas gostam dos livros de alfabetização principalmente por causa do repertório textual (muitos textos da tradição oral e do universo infantil) e das atividades de alfabetização, que, no geral, buscam privilegiar a escrita como um sistema notacional.

Palavras-chave: alfabetização; livro didático; práticas docentes;

INTRODUÇÃO

Quando falamos em alfabetizar crianças no Brasil, podemos nos referir a variadas práticas de ensino da leitura e da escrita, desde aquelas vinculadas ao ensino de letras, sílabas e palavras com base em textos cartilhados, até a inserção dos alunos nas práticas sociais de leitura e escrita. Pedagogicamente, a alfabetização considerada como o ensino das habilidades de codificação e decodificação foi transposta para a sala de aula, no final do século XIX, através da criação de diferentes métodos de alfabetização – métodos silábicos/sintéticos x métodos globais/analíticos, método misto x método natural – que padronizaram a aprendizagem da leitura e da escrita. As cartilhas relacionadas a esses métodos passaram a ser amplamente utilizadas como livro didático para o ensino nessa área. No contexto brasileiro, a mesma sucessão de oposições pode ser constatada (MORTATTI, 2000).

Na década de 80, os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a *Psicogênese da Língua Escrita* (FERREIRO & TEBEROSKY, 1984) vão abrir uma nova possibilidade de desenvolvimento das práticas de alfabetização. Criticando a concepção de língua escrita como código, o qual se aprenderia a partir de atividades de memorização e seguindo etapas pré-estabelecidas, as autoras defenderam uma concepção de língua escrita como um sistema de notação que, no nosso caso, é alfabético. Segundo as referidas autoras, no processo de apropriação do sistema de escrita alfabético, os alunos precisariam

compreender como esse sistema funciona e isto pressupõe que descubram *o que* a escrita nota (ou “representa”, “grafa”) e *como* a escrita cria estas notações (ou “representações”). Assim, eles precisariam entender que o que a escrita alfabética *nota* no papel são os sons das partes orais das palavras e que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba. Até atingirem esse nível de compreensão, que caracteriza a escrita *alfabética*, elas constataram que as crianças ou adultos analfabetos passavam por outras fases: escrita *pré-silábica*, em que não há correspondência grafo-fônica e escrita *silábica*, em que já há essa correspondência mas no nível da sílaba (uma letra representaria um sílaba) e não do fonema.

Com a difusão dos trabalhos da *Psicogênese da Língua Escrita* vimos nascer um forte discurso contrário ao uso dos tradicionais métodos de alfabetização e a defesa de uma prática que tomasse por base a teoria psicogenética de aquisição da escrita. Pregava-se a necessidade de possibilitar que as crianças se apropriassem do sistema de escrita alfabético a partir da interação com diferentes textos escritos em atividades significativas de leitura e produção de textos, desde a Educação Infantil.

Considerando a importância dos livros didáticos na organização das práticas pedagógicas do professor e reconhecendo que muitos deles se distanciavam das propostas curriculares e dos projetos elaborados pelas Secretarias de Educação, além de serem desatualizados e apresentarem erros inaceitáveis, o MEC passou a desenvolver, desde 1995, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Desde então os livros inscritos no programa passaram a ser submetidos a um trabalho de análise e avaliação pedagógica, realizado por um grupo de pesquisadores e professores de instituições universitárias, aos quais cabe a tarefa de estabelecer critérios, julgar a qualidade e recomendar/excluir os manuais didáticos a serem usados no ensino fundamental, aí incluídos os “livros de alfabetização”, substitutos das tradicionais cartilhas. Os livros didáticos são avaliados a cada três anos e aqueles recomendados para serem usados pelos professores passam a compor o Guia de Livros Didáticos, que auxiliam os docentes na escolha dos livros.

Como apontado por Albuquerque e Morais (2011) as mudanças nos livros de alfabetização passaram a ser acompanhadas por mudanças na forma dos professores usarem esse material. Se, antes, com as cartilhas analíticas ou sintéticas, eles realizavam todas as lições do manual, na sequência em que apareciam, os livros didáticos tenderiam a ser usados, atualmente, como um dos materiais que pode contribuir para a organização do trabalho pedagógico, mas não mais seria o único. Pesquisas (ALBUQUERQUE, FERREIRA, MORAIS, 2005) mostraram que os professores buscam, nos novos livros, textos e atividades interessantes para realizarem com seus alunos, de acordo com os objetivos pedagógicos que pretendem contemplar, e recriam muitas das atividades de alfabetização presentes nos manuais didáticos.

O Edital do PNLD 2013 apresenta mudanças na organização da coleção de alfabetização que passa a envolver três volumes, destinados aos alunos dos três primeiros anos do Ensino fundamental. Como no PNLD 2007, os volumes da coleção precisam estar voltados para o letramento e a alfabetização iniciais, focalizando-os e articulando-os *num só processo*.

Diante das mudanças ocorridas nos livros de alfabetização, consideramos importante investigar como os professores do 1º ano do Ensino Fundamental organizam suas práticas de ensino da leitura e da escrita na perspectiva de alfabetizar letrando, e, nessa organização, qual o papel e o uso que fazem do livro didático.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a análise do processo de escolha das coleções de alfabetização, assim como dos conhecimentos e usos que os professores fazem dos livros que receberam, realizamos

entrevistas com dez professoras que lecionavam no 1º ano em escolas da Secretaria de Educação de Camaragibe (município da Região Metropolitana de Recife) e fizemos observações de aulas (10 dias) na turma de uma das professoras entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao processo de escolha do livro didático para o período de 2013 a 2016, as professoras afirmaram que a escolha foi realizada por escola e foi feita com base em livros enviados pelas editoras. Os professores não consultaram, portanto, o Guia do Livro Didático produzido pelo MEC, que apresenta uma resenha de todos os livros aprovados e que poderiam ser escolhidos.

Quando questionados sobre o que achavam da coleção de alfabetização (livro do 1º ano) que receberam em 2014, a maioria dos docentes respondeu que gostaram do livro que escolheram e receberam. Algumas professoras destacaram que gostavam de poder usar o mesmo livro por três anos, uma vez que ao longo desse período conseguiriam trabalhar com o livro com maior propriedade.

Sobre o uso do livro de alfabetização, diferentes estratégias de uso foram relatadas pelas docentes, o que demonstra que não usavam mais o livro como tradicionalmente ele vinha sendo utilizado: como único ou principal material pedagógico para o ensino da leitura e da escrita, que deveria ser usado de forma exaustiva, na ordem indicada pelo autor. Alguns professores disseram que usaram o livro todo, mas a dinâmica do uso do livro didático variava. Algumas professoras usavam todos os dias, outras usavam nas aulas de português ou em alguns dias na semana.

O livro didático era considerado, para a maioria das professoras, como um complemento junto a outros recursos, como os livros do PNLD - obras complementares¹, os jogos e as fichas de atividades que as professora elaboravam:

Algumas professoras usavam o livro didático a partir das temáticas ou assuntos que trabalhariam ao longo do ano. Nessa perspectiva, o livro didático era considerado como um material importante na organização das atividades que seriam desenvolvidas no planejamento das docentes. Outras professoras usavam o livro de forma sequencial, junto a outros materiais que constituíam suas práticas de ensino da leitura e da escrita.

Solicitadas a falarem sobre o que gostavam no livro de alfabetização (Volume 1 da coleção de alfabetização), algumas professoras falaram da coletânea de textos e das atividades de leitura. Elas também destacaram que os livros que receberam tinham boas atividades de apropriação da escrita alfabética:

Ao observarmos as aulas de uma das professoras entrevistadas, podemos constatar que ela utilizava o livro didático como um dos recursos para o trabalho de leitura e escrita dos alunos do 1º ano do ensino fundamental e que suas aulas eram planejadas de modo a abranger os conteúdos trabalhados no livro e as necessidades dos alunos da turma. Dos dez dias de observação, em sete ela fez uso do livro didático de alfabetização.

A principal estratégia adotada pela docente em relação ao livro didático refere-se à realização coletiva das atividades propostas. Ela lia as questões (ou apenas as explicava oralmente) e orientava sua realização seguindo – ou não - o comando da atividade. Na maioria das vezes, alunos e professora respondiam às questões coletivamente. Outra estratégia realizada pela professora ao usar o livro didático era a de acrescentar atividades depois da realização coletiva de algumas questões do livro.

Foi possível verificar que a professora fazia uso do livro didático como um dos recursos didáticos, explorando, de acordo com seus conhecimentos e suas experiências

¹ Em 2013 os professores do 1º ao 3º anos do Ensino Fundamental receberam uma caixa com um acervo de livros do Programa PNLD – Obras Complementares no âmbito do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

profissionais, as possibilidades de leitura e construção da escrita presentes no mesmo. Dessa forma, ela não seguia à risca as propostas do livro, reconstruindo-as considerando o perfil de seus alunos, os conteúdos que queria ensinar e a forma como considerava importante ensiná-los. Em alguns momentos, atividades propostas de forma mais contextual, na perspectiva de integrar a alfabetização com as práticas sociais da leitura e da escrita, eram realizadas por ela coletivamente com os alunos em uma perspectiva mais mecânica. Em outra situação, ela explorou o texto presente na seção de “Produção de texto” de modo a ajudar que os alunos, com apoio da memória, pudessem ler sozinhos o poema, sem que tal encaminhamento fosse sugerido.

CONCLUSÕES

Sobre o papel que o livro didático assume na organização do trabalho pedagógico, para os professores, no geral, constatamos, por meio da análise das entrevistas, que o livro didático continua sendo um material importante, mas outros materiais estão sendo muito utilizados, como os livros paradidáticos que fazem parte do Programa PNLD Obras Complementares e os jogos de alfabetização distribuídos pelo MEC.

Em relação ao uso que os docentes fazem do livro didático de alfabetização, observamos, nas falas das docentes, que elas apresentam diferentes estratégias de uso desse material em suas salas de aula. Elas gostam dos livros de alfabetização principalmente por causa do repertório textual (muitos textos da tradição oral e do universo infantil) e das atividades de alfabetização, que, no geral, buscam privilegiar a escrita como um sistema notacional.

Quanto ao uso do livro didático da prática da professora cujas aulas foram observadas, constatamos que ela buscava fabricar as propostas do livro didático com base em suas experiências docentes, o que confirma o observado Albuquerque, Morais e Ferreira (2008) de que os professores constroem suas práticas de ensino assumindo a autoria delas, não sendo meras executoras do que está prescrito em textos oficiais e livros didáticos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e à UFPE pela oportunidade de realização da pesquisa com bolsa PIBIC, assim como a minha orientadora, a professora Eliana Borges Correia de Albuquerque, pela atenção, dedicação e paciência ao ensinar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. e MORAIS, A. Os livros didáticos na alfabetização: mudanças e possibilidades de uso In: *Recursos didáticos e ensino de Língua Portuguesa: computadores, livros... e muito mais*.1 ed.Curitiba : CRV, 2011, p. 135-155.
- ALBUQUERQUE, Eliana Borges, MORAIS, Artur e FERREIRA, Andréa Tereza B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? *Revista Brasileira de Educação*, v.13, p.252 - 264, 2008
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- MEC. Guia do Livro Didático/PNLD 2013. Brasília: MEC, 2013
- MORTATTI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo: 1876-1994. São Paulo: Ed. UNESP; CONPED, 2000